

A PISCICULTURA EM BENJAMIN CONSTANT: A economia solidária como instrumento estratégico para o fortalecimento econômico e político dos pequenos produtores.

Marinilde Verçosa Ferreira¹
Marinete Loureço Mota²
Iraídes Caldas Torres³

RESUMO: Esta comunicação propõe como tema a atividade piscícola no interior amazônico, ocupa-se com o debate sobre o trabalho dos piscicultores de Benjamin Constant que vislumbram nesta atividade uma alternativa de emprego e renda. Aponta-se como estratégias de inserção no mercado de competitividade a economia solidária. Adota uma perspectiva crítica de estudo sobre os processos socioculturais da Amazônia que se constitui num desafio para as ciências sociais que, nas últimas décadas, tem se ocupado com as compreensões socioeconômicas e culturais que envolvem o homem amazônico e o seu ambiente natural.

Palavras chaves: Piscicultura. Economia Solidária. Amazônia. Trabalho. Renda.

ABSTRACT: This communication proposes as its theme the fish activity inside the Amazon, is concerned with the debate on the work of Benjamin Constant fish farmers who glimpse this alternative activity of jobs and income. It points out how insertion strategies in solidarity economy competitive market. Adopts a critical perspective study on the socio-cultural processes in the Amazon that constitutes a challenge for the social sciences in recent decades, it has been busy with the socioeconomic and cultural understandings involving the Amazonian man and his natural environment.

Keywords: Fish farm. Solidarity Economy. Amazon. Work. Income.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia/UFAM

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia/UFAM

³ Doutora em Ciências Sociais/Antropologia, professora Associada da Universidade Federal do Amazonas/UFAM

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre a Amazônia implica compreendê-la, sobretudo no âmbito das ciências sociais, que buscam explicar a região tomando como ponto de referência o homem amazônico e sua relação com o ambiente natural entrelaçado ao seu modo de vida. Este é, pois, um espaço regionalizado que não se desconecta do global, permeado por contrastes e por processos socioculturais de largo alcance e que interferem no modo de vida e nas práticas sociais dos povos tradicionais. “A sociodiversidade abre um veio de múltiplas interpretações centradas no núcleo homem/natureza/sociedade, cujas indagações são inesgotáveis como fonte de conhecimento” (TORRES, 2005, p.18).

Almeida (2005) considera povos tradicionais os grupos humanos que vivem na Amazônia e em outras regiões, organizam-se coletivamente sobre um território e expressam formas peculiares de uso e de manejo dos recursos naturais. As relações de produção pautam-se no uso comum, apresentam um modo de viver que incentiva os laços de solidariedade, soma-se o uso centenário de um conhecimento acumulado de seus ancestrais que substanciam lutas e mobilizações na defesa dos recursos naturais, tão importantes para manter e reproduzir seus territórios sociais, como forma de sobrevivência cultural e simbólica. Representam esse grupo de trabalhadores amazônicos: povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros, balateiros, piaçabeiros, pescadores, coletores de castanha, agricultores, piscicultores, entre outros.

A expansão do capital na Amazônia tem interferido no modo de vida e nas relações de produção do homem amazônico, principalmente a partir da inserção dos grandes projetos resultantes das políticas desenvolvimentistas dirigidas à região: Carajás, Transamazônica, Zona Franca de Manaus, Tucuruí, hidrelétrica de Balbina, Paranapanema, Pitinga, Gasoduto Coari/Manaus dentre outros são exemplos do lastro do capital na região. Trata-se de um modelo de acumulação em que o capital se apropria dos recursos naturais disponíveis com custos mínimos para o sistema.

O modelo tradicional de uso dos recursos naturais baseado no conhecimento tradicional construído ao longo de séculos numa relação do homem com a natureza vem sendo substituído por um sistema econômico de exploração

pautado na usurpação de divisas que detém forma própria de produção e organização do trabalho. Um sistema econômico que explora intensamente os recursos naturais com ameaça à estabilidade ecológica e afetando os povos tradicionais que são explorados e espoliados pelo grande capital.

É neste contexto que nasce a piscicultura no município de Benjamin Constant, em decorrência da escassez dos estoques pesqueiros naturais existentes no rio Solimões, lagos e igarapés próximos, além do aumento do preço do peixe, sobretudo no mercado colombiano.

Os pescadores artesanais do município que praticam a pesca de subsistência consideram que a pesca comercial incentivou práticas predatórias como a pesca intensiva que, mesmo no período de proibição, são capturados peixes de todos os tamanhos e de todas as espécies, o que eleva significativamente a taxa de mortalidade de muitas dessas espécies.

Para Santos e Santos (2005) a pesca de subsistência é praticada por pescadores ribeirinhos para suprir sua alimentação e de seus familiares, podendo parte da produção ser vendida a intermediários ou em feiras das vilas mais próximas. Enquanto que a pesca comercial é desenvolvida por pescadores profissionais, cuja produção volta-se para a comercialização na própria região e, eventualmente, para outras regiões do país.

A sobrepesca de espécies de maior valor comercial como o pirarucu e o tambaqui é um fator que contribuiu para a redução da oferta de pescado devido a diminuição do estoque natural, principalmente nos rios e lagos mais próximos das comunidades. Isso levou os pescadores a se deslocarem para rios e lagos distante de seu *habitat*. Esta situação exige condições de infraestrutura, embarcação, combustível, gelo, equipamentos e instrumentos de pesca a fim de permitir que o pescador permaneça durante semanas e até meses nos rios e lagos no trabalho da pesca artesanal.

2 A PISCICULTURA EM BENJAMIN CONSTANT

Muitas famílias passaram a vislumbrar na piscicultura uma possibilidade de obtenção de emprego e renda, uma vez que esta atividade se apresenta como alternativa técnica e economicamente viável para a produção de alimento proteico no curto espaço de tempo.

Benjamin Constant aderiu à proposta de piscicultura em 2001. O programa pretendia fomentar, nos anos seguintes, a instalação de mais 300 hectares de viveiros com produtividade estimada em torno de sete toneladas por hectare ao ano, numa produção total de 2,1 mil toneladas anualmente. Trata-se de uma política dirigida ao setor da pesca promovida pelo Governo do Estado, conforme explicita o presidente da Associação dos piscicultores do município.

Benjamin Constant possui 256 hectares de espelho d'água para a criação de peixes, distribuídos entre 138 produtores cadastrados, possui uma estação de piscicultura construída com o incentivo do governo do Estado por meio do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM), Secretaria de Produção Rural – Sepror/Sepa, em parceria com a Prefeitura local. Após ficar desativada por dois anos, agora retorna à produção de larvas com capacidade para manter povoado os açudes existentes no município.

Apesar de ser a segunda região do Estado que possui maior quantidade de hectares destinados à criação de peixe e de condições naturais que favorecem o desenvolvimento da piscicultura, esta atividade, ainda não está consolidada. Somente 30% dos produtores cadastrados estão desenvolvendo a atividade, devido aos altos custos, sobretudo aqueles empregados na manutenção dos viveiros. Somam-se a isto, problemas que se apresentam no âmbito do acesso à terra, a compra de ração para manter os peixes, a falta de assistência técnica, a ausência de regularização fundiária que dificulta o acesso ao crédito do pequeno produtor e a inexistência de infraestrutura de transporte, armazenamento e comercialização.

A carência de recursos para investimento inicial acaba determinando que só os grandes proprietários tenham condições de produzir em escala comercial. Ou seja, só eles conseguem produzir para a venda, na medida em que dispõem de capital de giro, enquanto a maioria tem dificuldade de se firmar na atividade, acabando por produzir somente para a subsistência.

Ostrensky e Boeger (2007) explicam que o problema técnico como falta de treinamento e qualificação técnica na cadeia da aquicultura, problema político/administrativo, bem como a ausência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da atividade e a dificuldade de acesso ao crédito para investimento e custeio do empreendimento, são os principais entraves enfrentados pelo setor aquícola nacional.

No que tange ao acesso ao crédito é preciso apresentar garantias reais que chegam até 150% do valor do empréstimo. Essa exigência é especialmente problemática para o pequeno e micro produtor, posto que muitos deles não têm sequer o título definitivo de propriedade da terra. Não raro, as instituições financeiras exigem ainda a apresentação de avalista, o que limita ainda mais a possibilidade de se obter crédito (IBIDEM, p.183).

De acordo com Pestana e Ostrensky (2007, p.212) na piscicultura é frequente encontrar empreendimentos que obtêm retorno em apenas dois ou três anos e que apresentam margem de lucro de até 20 ou 22% ao ano, mas esses números são apenas para aqueles empreendimentos bem planejados e geridos com muito profissionalismo, independentemente de seu tamanho ou escala de produção. A piscicultura é uma atividade economicamente viável e quando comparada a outras atividades zootécnicas o retorno dos investimentos se concretiza no curto prazo, em média de dois ou três anos, enquanto as demais levam mais de 5anos para obter lucros. Mas, isso depende das condições de planejamento, gestão de negócios e capacidade financeira do empreendimento.

3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DO PEQUENO PRODUTOR

A economia solidária se apresenta como uma estratégia importante que tem no associativismo a sua vertente mais adequada. Apresenta-se como um instrumento estratégico importante para o fortalecimento econômico e político dos pequenos produtores, mediante parcerias e relações de interesse de cunho comercial e político envolvendo, inclusive agentes institucionais.

De acordo com Nascimento e Valle (2010, p. 133), “é possível que o cooperativismo que possui um veio de coletividade com formas solidárias de repartição dos lucros, seja uma das alternativas de sobrevivência de alguns segmentos de trabalhadores no mercado de trabalho”. As Associações e Cooperativas assumem papel relevante como alternativa de inclusão na economia de mercado.

Elementos existentes na economia solidária como a cooperação e a solidariedade permitem reunir recurso e experiências que remetem para resultados eficazes e viáveis. A Economia Social tem sua gênese na Europa no

século XIX. Singer (2001) denominou de cooperativismo revolucionário e seus primeiros idealizadores foram os chamados Socialistas Utópicos. Posteriormente, as experiências de cooperativismo foram se espalhando, na Inglaterra e nos Estados Unidos foram criadas várias aldeias e cooperativas. Neste período nasce a mais famosa cooperativa de consumo, a cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochedale de onde se estabeleceu uma carta de princípios que até hoje inspira o cooperativismo e sua legislação no mundo inteiro.

Pode-se dizer que a economia social tem suas raízes no cooperativismo que deu origem ao conceito de Economia Solidária. Lechat (2002) assinala que uma nova crise do capitalismo na década de 1970 traz como consequências, o fechamento de fábricas e o desemprego, gerando um quadro caótico para a classe trabalhadora. Neste período, sobretudo a partir de 1977, inúmeras iniciativas que buscavam alternativas que amparasse os trabalhadores excluídos do mercado de emprego. Nasce como propostas a criação de empresas autogeridas, ou seja, administradas pelos próprios trabalhadores com o apoio de alguns sindicatos progressistas.

No Brasil, o conceito de Economia Solidária ganhou força a partir de 1995, surge por iniciativa das Universidades Federais que através dos movimentos sociais e sindicais, como CUT, Partido dos Trabalhadores e Igreja Católica (Cáritas) juntos buscavam alternativas de emprego e renda em meio a crise do trabalho. Merecem destaque os intelectuais Paul Singer, Marcos Arruda e Luiz Inácio Gaiger.

A partir da década de 1990, o Brasil passa por profundas transformações, em decorrência da atuação do modelo econômico vigente, principalmente no que tange a organização da produção, os modelos de gestão das empresas e na organização do trabalho. Essas modificações resultaram num cenário preocupante, com altas taxas dos níveis de desemprego, aumento da diferença na distribuição de renda e, por conseguinte, exclusão e desigualdades sociais. O novo modelo de reestruturação produtiva elimina postos de ocupação, sem gerar novos postos de trabalho, precariza as condições de trabalho, sem que haja oportunidade de desenvolvimento social e cultural do trabalhador dentro de uma sociedade desigual. Esse cenário propiciou o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil que vem se transformando numa alternativa viável para aqueles trabalhadores, que nos últimos tempos, passaram a ingressar nas estatísticas dos

excluídos do mercado de trabalho. São empreendimentos formados, predominantemente, por trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, trabalho informal ou subemprego, cujo modo de produção se caracteriza pela igualdade, tendo como princípios norteadores a solidariedade e a cooperação.

O papel das universidades é de fundamental importância no apoio às iniciativas de economia solidária, por meio da pesquisa, extensão e transferência de tecnologia é possível contribuir na formação de empreendimentos econômicos solidários que atendam as necessidades de trabalhadores carentes. As incubadoras tecnológicas universitárias emergem como respostas ao debate das condições de trabalho, geração de emprego e renda, agrega uma parcela de trabalhadores excluídos da vida social e do mercado de trabalho, além de promover a constituição de um conhecimento interdisciplinar, uma vez que agregam professores, pesquisadores, técnicos e discentes de diversas áreas do conhecimento, os quais levam a ações emancipadoras.

4 ALGUMAS CONCLUSÕES

As transformações ocorridas na Amazônia ao longo de vários séculos produziram efeitos que afetam diretamente os povos tradicionais. Primeiro, a natureza passou a ser objeto de apropriação privada, isso implica na transformação da natureza e de seus bens em mercadoria e cada vez reduz-se o seu acesso. Segundo, a transformação do trabalho do homem amazônico que passou a dedicar mais horas ao trabalho, com vistas a produção para o mercado, logo seu trabalho vai se convertendo também em mercadoria, geralmente esse tipo de trabalho tem financiamento de capital de terceiro.

A piscicultura em Benjamin Constant, apesar do seu potencial produtivo, exclui grande parte de trabalhadores que não conseguem desenvolver seus empreendimentos, logo, acabam produzindo somente para a subsistência. Daí a proposta da organização em forma de empreendimentos solidários.

É preciso que o Estado promova políticas públicas que atenda as necessidades sociais e econômicas do homem amazônico, mas isso implica num pensar diferente que não se baseie somente no aspecto econômico como fator preponderante para o desenvolvimento da região. É preciso produzir conhecimentos mais amplos sobre a sociedade e a natureza, de modo que

considere outras formas de conhecimentos, sobretudo o saber local dos povos tradicionais, saberes acumulados durante séculos de convivência e interrelação com a natureza. Ademais, faz-se necessário pensarmos projetos de desenvolvimento compatível com a riqueza da Amazônia, do seu povo e sua diversidade cultural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas. 1.º vol. Manaus: Programa de Pós-Graduação da Universidade do Amazonas – UEA / Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia / Fundação Ford / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

GAIGER, Luiz Inácio (1996). Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: (org.). Formas de combate e de resistência à pobreza. São Leopoldo: Unisinos, p. 101-126.

JOÃO FILHO, Meirelles. Livro de Ouro da Amazônia. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora Ediouro, 2006.

NASCIMENTO, Celso Augusto Tôrres do; VALLE, Maria Izabel de Medeiros. Experiências de cooperativas populares em Manaus. In: TORRES, Iraídes Caldas (Org.). As Malhas do Trabalho e da Economia Solidária no Brasil. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. O etnoconhecimento que brota no *locus* da casa de farinha e se converte em instrumento de empoderamento das mulheres da floresta. In: TORRES, Iraídes Caldas (Org.). O ethos das mulheres da floresta. Manaus: Editora Valer, 2012.

OSTRENSKY, Antonio; BOEGER, Walter Antonio. Estudo setorial para consolidação de uma aquicultura sustentável no Brasil. – Curitiba, 2007.

PESTANA, Débora; OSTRENSKY, Antonio. Estudo setorial para consolidação de uma aquicultura sustentável no Brasil. – Curitiba, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 5(1-2): 31-52, 1993 (editado em nov. 1994).

SANTOS, Geraldo Medeiros dos; SANTOS, Ana Carolina Mendes dos. Sustentabilidade da Pesca na Amazônica. Estudos Avançados, 19 (4), 2005, p. 145-165.

SILVA, Marilene Corrêa da. O paiz do Amazonas. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2012.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SINGER Paul. Economia Solidaria (entrevista) ESTUDOS AVANÇADOS 22 (62), 2008.

SOUZA, Márcio. História da Amazônia. Manaus: Editora Valer, 2009.

TORRES, Iraildes Caldas. As Novas Amazônidas. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.